

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

ISSN 2177-3688

ARTE, MUSEUS E PROVENIÊNCIA: A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARTÍSTICA

ART, MUSEUMS AND PROVENANCE: THE PRESERVATION OF ARTISTIC INFORMATION

Danieli Di Mingo - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

René Lommez Gomes - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A cidade de Belo Horizonte, primeira capital de estado planejada do Brasil, foi fundada em 1897. Tem gravado em sua história o compromisso de ser cenário de marcantes articulações políticas acompanhado do viço do vanguardismo. Duas expressões desta vanguarda consistem nas instituições Museu Histórico Abílio Barreto e Museu de Arte da Pampulha. Os acervos constituídos em cada um destes incluem suas respectivas pinacotecas cuja formação demonstra aspectos semelhantes de idealização social representada pela arte. Propõe-se assim, jogar luz sobre o processo pelo qual se deu a construção da memória artística de Belo Horizonte empregando a metodologia dos estudos de proveniência.

Palavras-chave: museus; arte; proveniência; informação; memória.

Abstract: The city of Belo Horizonte, the first planned state capital in Brazil, was founded in 1897. It has craved on it's history the task to be the scenario of the most important political articulations together with the force of the vanguardism. Two expressions of this vanguard are the Abílio Barreto's Historic Museum and Pampulha's Art Museum. The collections constituted in each of these include their own galleries, which constitution shows similar aspects of social idealization represented by art. This way, it's proposed to light up the process which was used to build Belo Horizonte's artistic memory, applying the method of provenance studies.

Keywords: museums; art; provenance; information; memory.

1 INTRODUÇÃO

Belo Horizonte, sede do Estado de Minas Gerais, é a primeira capital republicana do Brasil a ser erguida a partir da realização de um projeto urbanístico, sendo fundada em 12 de dezembro de 1897. A iniciativa para sua concepção visava a atender aos anseios políticos de se construir uma nova capital para as Minas Gerais republicanas, livre de vestígios de um passado colonial ou imperial, optando-se pela transferência da sede política e administrativa do Estado, então estabelecida na cidade de Ouro Preto, para o que viria a ser a nova capital, construída sobre os escombros do Arraial Curral Del Rey, uma região geográfica de baixadas

e morros circundada pela Serra do Curral. Para além das questões simbólicas, a antiga Capital Ouro Preto, outrora Vila Rica, está localizada em uma região montanhosa, de relevo acidentado, e argumentava-se que já não comportaria o crescimento populacional da urbe, tampouco poderia suportar o desenvolvimento que ainda estava por atingir.

A antiga Vila Rica era uma cidade original, com arquitetura preciosa e urbanização decorrente do acidentado do terreno. Ela surgiu das aventuras bandeirantes e do achado do primeiro ouro, em região de topografia que não aconselhava uma cidade. Com o pequeno surto econômico verificado na última década monárquica, com incipiente indústria, impõe-se a evidência de ser preciso mudar a Capital, pois Ouro Preto não tem condições de desenvolvimento, sendo mesmo um entrave. Representava o passado, quando outras faixas do território, notadamente a Mata e o Sul, haviam criado riqueza maior, fundada no café e outras atividades; tinham mais população, maior número de municípios, queriam expansão e liderar a vida política, cujo domínio lhes fugia. A mudança era idéia antiga [...] (IGLÉSIAS, 1987 *apud* BRASIL, 1999, p. 7).

Na esteira deste pensamento vanguardista, proposições para a modernização continuada da cidade e para a aderência a novas possibilidades de organização social sempre foram bem recebidas na Capital. Simultaneamente, a cidade – construída sobre uma vila arrasada, uma população desterrada e outra imigrante – carecia de um passado que servisse de sustentação para memórias de sua comunidade. Nos primeiros anos da década de 1940, sob a gestão do governo de Juscelino Kubitschek, dois novos projetos ousados foram colocados para Belo Horizonte: a concepção de um museu histórico e a construção de ícones da arquitetura moderna. A iniciativa de recolher objetos com vistas a preservar a memória de Belo Horizonte partiu do jornalista Abílio Barreto que recebeu o apoio do então prefeito. Para projetar as edificações no entorno da Lagoa da Pampulha, JK dispôs do trabalho do arquiteto modernista Oscar Niemeyer. Assim, na mesma década foi instituído o Museu Histórico de Belo Horizonte e erigido o que viria a se tornar o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, um conjunto urbano de edificações composto pela Casa do Baile, pelo Iate Golfe Clube, pela Igreja de São Francisco, pela antiga residência de Juscelino Kubitschek, e pelo Cassino. Este último transformado na década seguinte, mais precisamente em 1957, no Museu de Arte de Belo Horizonte.

Os museus aqui abordados, atualmente denominados Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)¹ e Museu de Arte da Pampulha (MAP)², configuram-se como instituições museais de salvaguarda e preservação da memória e do patrimônio cultural, e encontram-se sob governança da Fundação Municipal de Cultura a qual é vinculada à Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte. As instituições museais supracitadas abrigam em seus acervos coleções de obras de arte, incluindo suas pinacotecas, nas quais faz-se aqui um recorte para abordarmos o assunto das marcas de proveniência, intrínseco ao tema Informação em Arte. Em conjunto com suas obras, as instituições pesquisam e preservam informações relacionadas a cada uma, o que vem a compor a documentação museológica. A produção da documentação museológica é inerente à responsabilidade e ao compromisso dos museus em preservar e comunicar suas coleções, assegurando as informações que são compartilhadas com a sociedade. Trata-se do registro das informações que vão sendo adquiridas a respeito das coleções, contribuindo para a proteção do patrimônio cultural e artístico musealizado.

Diante do exposto, este trabalho pretende demonstrar a importância da aplicação dos estudos de proveniência em museus como procedimento de pesquisa, agregando a esta função museológica — a pesquisa — uma metodologia que busca rastrear e conhecer a cadeia de propriedade dos objetos musealizados, dando destaque a obras de arte pictóricas. Para mais, revelar como é factível delinear a biografia dos objetos recolhidos aos museus, o que contribui sobremaneira com a expansão de informações acerca das coleções musealizadas.

Este trabalho apoia-se no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado realizada dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/ UFMG), sob Orientação do Prof. Dr. René Lommez Gomes, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). A pesquisa pretende, a partir da análise da formação das respectivas pinacotecas, pesquisar algumas das obras em conjunto com a documentação museológica pertinente, tendo como ponto principal o arcabouço das informações conhecidas. Busca-se, deste modo, identificar

¹ Foi designada a nova denominação como homenagem ao idealizador do museu, o funcionário público Abílio Barreto.

² Teve sua designação alterada para ser consolidado como parte integrante do Complexo Arquitetônico da Pampulha.

as lacunas existentes com relação à biografia das obras de arte pesquisadas, jogando luz sobre o processo pelo qual se deu a construção da memória artística da cidade de Belo Horizonte.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, no advento da Modernidade, acontece o crescimento exponencial de obras de arte, o que resulta no excesso de informações a serem digeridas pelo público visitante dos museus, ao passo que se corria o risco dessas informações não serem assimiladas. Sobrevém daí a conscientização sobre a memória artística, o que inclui a documentação gerada em torno das obras de arte. A História da Arte é o campo de estudos que vem dar conta de suprir a necessidade do estudo, do controle e da divulgação deste movimento de preservação e de organização das coleções (TORRES, 2002, p. 19). No período oitocentista³ da arte — que abrange o séc. XIX, período conhecido pela Revolução Industrial — e o avanço de novas tecnologias de produção, destacam-se movimentos artísticos criados a partir de novos comportamentos sociais motivados pelo individualismo gerado ante o novo conceito de urbanidade, distando da vida e dos costumes campestres. Ao traçar um paralelo com esta constatação defronta-se, no Brasil, com as mudanças na forma de governo que passa da monarquia para república, proclamada em 1889. Em Minas Gerais, vem à tona a iniciativa política da mudança da sede da capital do Estado como exposto anteriormente. À vista disso, torna-se plausível compreender a composição desta nova sociedade que se formava, e neste trabalho busca-se esta compreensão por meio da arte preservada nos dois museus supramencionados, escolhidos como objeto de estudo por representarem o vanguardismo da cidade de Belo Horizonte. Conhecer como se deu a formação da pinacoteca de cada museu oferece a cada um deles a possibilidade de entendimento mais aprofundado sobre as aquisições em suas coleções de pinturas.

As coleções dos referidos museus foram constituídas de maneiras semelhantes, todavia por fontes diversificadas. Ao serem idealizados, receberam doações por parte da prefeitura e também de membros da sociedade, além de compras realizadas pelas próprias

³ Adjetivo que indica uma coisa relativa ao século XIX ou classifica uma pessoa que viveu no século XIX, ou também pode designar um indivíduo que aprecia obras artísticas e literárias do século XIX ou que é um conhecedor da cultura dessa época.

instituições. No museu de tipologia artística, além das formas de aquisição citadas acima, obras advindas dos Salões Nacionais de Arte de Belo Horizonte, promovidos pela prefeitura, também foram incorporadas ao primeiro acervo. Intentou-se nesta instituição abrigar e preservar obras de arte, bidimensionais, tridimensionais e imagéticas, ao reativar a edificação de arquitetura modernista, o Cassino da Pampulha, cuja desativação acontecera em 1946. As pinturas que pertencem ao MAP encontram-se acondicionadas em trainéis localizados dentro da reserva técnica, e organizadas de acordo com as formas de registro que constam nos respectivos documentos, tais como: a inscrição DPT, que significa Departamento de Patrimônio, a palavra Tombo seguida de um número, que remete ao Livro de Tombo, e em alguns casos, acompanham outras informações. Estão inseridas no acervo do museu e classificadas como coleção apenas informalmente. No entanto, a documentação museológica do acervo encontra-se organizada em seis coleções, a saber: Exposições; Museu/Cassino; Eventos; Setores do MAP; Salões e Acervo Artístico. Sabe-se com isso que as informações registradas relacionadas às pinturas estão inseridas na Coleção Acervos Artísticos, preservada em conjunto às demais no Centro de Documentação (CEDOC) da instituição.

No museu de tipologia histórica, os processos de seleção e de coleta foram realizados especialmente por Abílio Barreto (1996) com a assistência de Raul Tassini⁴. Sob concepções diferentes e complementares a respeito do acervo a ser constituído, foram formadas originalmente três coleções: a coleção Arraial Curral Del Rey, a coleção Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e a coleção de retratos de personalidades da época. Contudo, esta organização não foi rigorosamente mantida, estando o acervo considerado como um todo. No MHAB as pinturas encontram-se distribuídas entre a exposição de longa duração e a reserva técnica, local onde também ficam acondicionadas em trainéis deslizantes. As informações a respeito constam em documentos diversificados, organizados e preservados. Considera-se neste trabalho que as pinturas de cada museu formam suas pinacotecas. De forma adequada à legislação pertinente⁵ as pinacotecas em questão encontram-se devidamente amparadas pela documentação museológica. Assim sendo, é

⁴ Artista plástico e colecionador que integrou a equipe de concepção do Museu Histórico Abílio Barreto a convite do prefeito Juscelino Kubitschek.

⁵ De acordo com o art. 39 da Lei. nº. 11.904 de 2009, conhecida como Estatuto dos Museus, é obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários (BRASIL, [2009]).

importante e considerável que os museus procurem manter preservadas além das pinturas a documentação que as acompanha, e empreendam o aprofundamento nas pesquisas a respeito de suas coleções.

Na documentação museológica investigada de ambas as instituições (livro de tomo, inventários, fichas catalográficas, banco de dados), constata-se que os campos de informação mais usuais são: data de aquisição, forma de aquisição, procedência, descrição da obra e histórico. Observa-se, portanto, a ausência do campo ‘proveniência’ o qual corresponde mais especificamente à cadeia de propriedade das obras. Segundo Joyce (2012), proveniência indica a origem do objeto para a coleção, para o museu, remetendo à sua cadeia de custódia. Enquanto que procedência se refere a um ponto específico dentro da proveniência de um objeto. Para isto, a aplicação da metodologia dos estudos de proveniência visa a somar esforços e contribuir demasiadamente na busca por mais informações acerca das coleções, rastreando o itinerário que antecede a sua procedência para o museu, a sua origem. Com isso, são acrescentadas à biografia das obras informações anteriores, incluindo a sequência de propriedade. Os estudos de proveniência abrangem, pois, uma investigação com base nas informações já conhecidas pelo museu sobre a obra, em conjunto com a análise da própria obra, onde se verificam a existência de marcas e vestígios que revelem novas informações. Assim, compreende-se que as marcas de proveniência são entendidas como marcas de propriedade, ao que cabem assinaturas, etiquetas, carimbos, selos, inscrições, anotações de datas, rubricas etc. Estas marcas podem estar registradas explicitamente ou não, a depender da intenção do proprietário que fez tal marcação. Há coleções em que a escolha da moldura padronizada representa a identificação de uma coleção, logo, da propriedade. As marcas de proveniência despertam para a imaterialidade das histórias que acompanham cada obra de arte, além de que, recorrendo à proveniência de uma obra é possível mudar a interpretação de uma coleção ou dar a ela novas conotações. Outrossim, a linha de propriedade de uma obra tende a valorizar sua relevância quando o museu remonta à sua existência pregressa. As informações que podem emergir de uma obra de arte integram a sua singularidade.

Para ilustrar as possibilidades deste trabalho de pesquisa insere-se uma breve observação sobre duas pinturas, contendo uma fotografia da frente e outra do verso relacionada a cada uma delas. Pertencente à pinacoteca do Museu Histórico Abílio Barreto está uma pintura de autoria do artista francês Émile Rouède, cuja importância se consolida

por ter sido encomendada pela Comissão Construtora da Nova Capital com a finalidade de, em tempo hábil, registrar a paisagem antes da demolição indiscriminada do Arraial Curral Del Rey. Da pinacoteca do Museu de Arte da Pampulha apresenta-se uma obra do artista britânico Graham Sutherland, doada à instituição por intermédio de Assis Chateaubriand, cuja finalidade era compor o acervo em prol da constituição do primeiro museu de arte de Belo Horizonte. Consiste em uma pintura à base de óleo sobre tela, que data de 1950; uma obra figurativa de influência surrealista, uma policromia em tons de verde claro, verde amarelado e cinza.

Figura 1 – Largo da Matriz de Nossa da Boa Viagem



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Figura 2 – Perspectiva do verso da obra



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Observa-se na Figura 1 as seguintes marcas de proveniência: no canto inferior esquerdo da tela estão a autoria (Émile Rouède) e a data (14-8-1894). Na Figura 2, no canto

superior esquerdo, o qual expõe um fragmento da tela, do chassi e da moldura, constam: duas inscrições/anotações de igual teor feitas pelo museu, uma etiqueta de papel de identificação também do próprio museu, e uma etiqueta de papel referente ao Museu Nacional de Belas Artes.

Figura 3 – *Articulated Form: yellow ground* (Formas Articuladas: plano amarelo)



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Na Figura 3 observa-se a autoria da obra como marca de proveniência, no canto inferior direito da pintura (Graham Sutherland). Abaixo, na Figura 4, distribuídas entre a tela, o chassi e a moldura da obra, foram identificadas vinte marcas de proveniência e entre as quais constam inscrições/anotações feitas pelo museu, etiquetas de papel de identificação, também do próprio museu, como também etiquetas de papel e inscrições/anotações referentes a outras instituições. Algumas destas marcas ainda estão em processo de análise.

Figura 4 – Perspectiva do verso da obra



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um acontecimento político e social tão expressivo — o planejamento e a subsequente execução do projeto de construção de uma capital de estado, ocorrido ao final do século XIX —, muitas questões são suscitadas em torno da sociedade que a ela pertence. Sob o aspecto cultural, social e econômico da arte, propôs-se neste trabalho justificar a importância da aplicação dos estudos de proveniência como método de pesquisa em museus, ressaltando o recorte em pinacotecas e a escolha das instituições. Pesquisar de modo a obter o máximo de informações possíveis e, por conseguinte, realizar a análise e organização de todo o conteúdo informacional apurado, corrobora com o estudo da representação de obras de arte e corresponde ao conceito de Informação em Arte, conforme Pinheiro (2008).

Em uma primeira análise das obras elencadas para a pesquisa, as marcas de proveniência observadas indicam para uma história individual das pinturas e das coleções no processo de formação dos respectivos acervos. Com a continuidade da pesquisa acadêmica da qual deriva este trabalho, espera-se apresentar a biografia dessas pinturas, confirmando e revelando sua cadeia de propriedade, além da autoria e da procedência para os museus.

Destaca-se que, mesmo que as informações identificadas como marcas de proveniência constem na documentação museológica pertinente, a interpretação destas informações não evidencia a biografia das obras. Cabe, assim, aos estudos de proveniência, rastrear seu itinerário a fim de delinear o seu valor social como patrimônio a ser preservado como memória e comunicado à sociedade.

Este tipo de estudo é um alerta sobre a necessidade de preservação e registro das marcas de proveniência como informação útil sobre a vida das obras, visto que essas informações são constantemente apagadas nos processos de restauro. Além disso, os museus não têm sistemas adequados para registro deste tipo de informação. A real possibilidade de perda de informações fica evidente quando observa-se o reentelamento de algumas das pinturas, como também na troca de molduras. Um exemplo diz respeito à obra “Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem”, na qual não se vê o fundo original da pintura em razão do reentelamento de restauro. Considerando-se que muitas das pinturas que compõem a pinacoteca do MHAB são reproduções de fotografias, esta especificamente adquire especial importância pois trata-se de uma tela a óleo produzida em 1894.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva – história antiga. 2ª Edição Revisada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais 1996. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=53258&codUuario=542> . Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a instituição do Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 05 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Municipal da Cultura. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Inventário Analítico**: versão revisada. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1999. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/comissao_construtora_da_nova_capital.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

JOYCE, Rosemary A. From Place to Place: Provenience, Provenience, and Archaeology. *In*: FEIGENBAUM, G.; REIST, Inge J. (ed.). **Provenance: An Alternate History of Art**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013. p. 48-60.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Itinerários epistemológicos da instituição e constituição da informação em arte no campo interdisciplinar da Museologia e da Ciência da Informação. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-17, 2008.

TORRES, María Teresa Marín. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Gijón: TREA, 2002.